



Menos Aterros, Mais Inclusão

Guia Prático da Coleta Seletiva para Prefeituras e Cooperativas

Roteiro objetivo para organizar a coleta seletiva, contratar cooperativas e fortalecer a economia local

Guia Rápido - Versão Resumida



Foto: acervo Rede Sul

Apresentação

Territórios circulares começam aqui.

Esta versão resumida é o primeiro passo. O Guia Completo é o caminho detalhado. Juntos, eles oferecem o que prefeitos e gestores precisam para transformar a gestão de resíduos em política de desenvolvimento local – com cooperativas, com método e com resultados concretos para o município.

EXPEDIENTE

REVISÃO TÉCNICA E COLABORAÇÃO

Rhariane Ornelas – Rede Sul

Marcos Nascimento – Rede Sul

Juliana Amorim – Tetra Pak

COORDENAÇÃO, CONTEÚDO E REDAÇÃO

Marcos N. Iorio – engenheiro químico, especialista em economia circular e gestão de resíduos

Acesse a versão completa Guia Prático da Coleta Seletiva para Prefeituras e Cooperativas: Menos Aterros, Mais Inclusão.





Foto: acervo Rede Sul



capítulo 1

Por que este guia é urgente?

Sobre este capítulo

Este capítulo destaca a urgência de estabelecer indicadores claros para a gestão de políticas públicas, especialmente no campo ambiental. Baseado no conceito de limites planetários, apresenta nove dimensões essenciais que funcionam como sinais vitais do planeta, como o equilíbrio climático, uso da água doce e transformação do solo. Sem esses indicadores, não é possível avaliar se as ações públicas realmente melhoram a situação ambiental ou apenas deslocam problemas. O capítulo reforça a importância de monitorar esses aspectos para garantir a estabilidade necessária à vida humana e orientar decisões eficazes.

POR QUE ISSO IMPORTA



PARA O GESTOR MUNICIPAL

Este capítulo é fundamental para prefeitos e secretários, pois destaca a necessidade legal e operacional de monitorar indicadores ambientais. Entender e acompanhar esses sinais vitais ajuda a evitar custos desnecessários, melhorar a eficiência dos programas e reduzir riscos ambientais que podem impactar a saúde pública e o desenvolvimento local. A gestão baseada em dados claros é essencial para cumprir obrigações legais e garantir políticas públicas eficazes e sustentáveis.



PARA AS COOPERATIVAS

Para quem sente, na pele, os efeitos de enchente, calor extremo e lixo espalhado, o recado é direto: cada tonelada que entra na cooperativa pode contar como parte da solução climática e de saúde do município, fortalecendo o argumento de que catadores precisam estar no orçamento e nas prioridades da gestão, não na lista de “projetos extras”.



O QUE VOCÊ VAI APRENDER

- Refletir sobre por que este guia se torna urgente em um contexto em que limites ambientais vêm sendo pressionados e onde decisões sem indicadores claros podem deixar a gestão pública sem direção;
- O que são os limites planetários, como funcionam como “sinais vitais” do planeta e reconhecer os nove limites planetários como o “painel de bordo” da cidade;
- Compreender como a ausência de monitoramento pode fazer com que ações públicas apenas desloquem problemas ambientais, sem solucioná-los de fato;
- Enxergar a gestão de resíduos sólidos como parte central da estratégia climática e de desenvolvimento da cidade.



RECICLÁVEIS

sua casa acesse



Foto: Tetra Pak Monte Mor



capítulo 2

Do lixo à circularidade: o papel das cidades



Sobre este capítulo

Este capítulo explica que cidades circulares não dependem só de logística, mas de educação, políticas públicas integradas e justiça social. Destaca que é nos primeiros 10 km da circularidade – a etapa inicial da gestão de resíduos – que tudo se ganha ou se perde, tornando sua organização essencial. O capítulo lembra ainda que nenhum município começa do zero: existe um exército invisível de catadores já operando esses primeiros quilômetros, e a passagem para um território circular depende de reconhecê-los, integrá-los e remunerar o serviço ambiental que já prestam.

POR QUE ISSO IMPORTA



PARA O GESTOR MUNICIPAL

A circularidade depende das decisões locais: é nos primeiros 10 km (limpeza urbana, coleta e triagem) que a cidade define se desperdiça materiais ou avança na economia circular. Organizar essa etapa aumenta eficiência e permite integrar políticas públicas. Reconhecer e remunerar o trabalho dos catadores transforma um esforço disperso em política estruturada.



PARA AS COOPERATIVAS

O capítulo mostra que os catadores já operam os primeiros quilômetros da circularidade, evitando perdas mesmo sem apoio. Quando o município reconhece esse trabalho, integra as cooperativas à coleta oficial e remunera o serviço ambiental, fortalece renda, dignidade e o papel das cooperativas na transição para territórios circulares.



O QUE VOCÊ VAI APRENDER

- Entender por que cidades circulares dependem de educação, participação social e políticas públicas integradas;
- Compreender o papel estratégico dos primeiros 10 km da circularidade e por que organizá-los define o sucesso da gestão de resíduos;
- Reconhecer que os catadores já operam essa etapa inicial e são parte essencial da transição para territórios circulares;
- Identificar como integrá-los, formalizar sua atuação e remunerar o serviço ambiental prestado fortalece a circularidade municipal.





Foto: acervo Rede Sul

capítulo 3



O novo ambiente regulatório (2024 – 2026)

Sobre este capítulo

O capítulo apresenta sinais de que um município ainda opera no modelo linear e reforça que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) não é declaratória: ela exige conformidade mínima, planejamento, operação e transparência. Introduce marcos recentes – como o PLANEC (Plano Nacional de Economia Circular) 2025–2034, os decretos de logística reversa de plásticos e vidro e a regulação da Agência Nacional das Águas (ANA), que reconhece resíduos como serviço público regulado – compondo um checklist prático para que os municípios saiam da linearidade e ingressem na economia circular.

POR QUE ISSO IMPORTA



PARA O GESTOR MUNICIPAL

Este capítulo é essencial para prefeitos e secretários, pois destaca obrigações legais e a necessidade de implementar práticas de economia circular. A adoção dessas medidas pode reduzir custos operacionais e riscos ambientais, além de melhorar a eficiência na gestão dos resíduos sólidos. Compreender o novo ambiente regulatório permite planejar ações alinhadas às metas climáticas e evitar sanções, garantindo uma gestão pública mais sustentável e responsável.



PARA AS COOPERATIVAS

Para cooperativas interessadas em aproveitar o momento em que leis novas estão empurrando prefeituras e empresas a reciclar mais e incluir catadores, este é o ponto de virada: quem conseguir formalização mínima e registros simples passa a ser candidato natural a contratos, parcerias de logística reversa e programas de pagamento por serviço ambiental.



O QUE VOCÊ VAI APRENDER

- Entender por que a ideia de que a PNRS “pegou mais ou menos” é equivocada – e como ela, na prática, estruturou uma arquitetura moderna de responsabilidades, instrumentos e prioridades;
- Conhecer os elementos do novo ambiente regulatório (2024 – 2026) e como ele acelera a economia circular com metas, rastreabilidade e exigências para municípios e indústria;
- Identificar os sinais de que o município ainda opera no modelo linear e o que precisa ser organizado para avançar na circularidade;
- Compreender o papel de marcos como o PLANEC, os decretos de logística reversa e a regulação da ANA, que tratam resíduos como serviço público regulado.





Foto: Cooperativa Crescer



capítulo 4

Panorama da reciclagem e dos catadores no Brasil

Sobre este capítulo

Este capítulo apresenta um panorama dos catadores autônomos e cooperados em centrais de triagem, mostrando por que entender o retrato da reciclagem e dos catadores é fundamental para qualquer política de economia circular. Revela um gargalo crítico – quase metade do que chega às centrais ainda vira rejeito – e destaca que o cenário é reorganizável com gestão, infraestrutura e apoio adequados. O capítulo também introduz a jornada de maturação das cooperativas e de sua relação com a prefeitura, e traz exemplos de cadeias bem-sucedidas que mostram como organização, parceria e governança podem aumentar recuperação, renda e inclusão socioproductiva.

POR QUE ISSO IMPORTA



PARA O GESTOR MUNICIPAL

Porque o gestor precisa entender que nenhuma política de coleta seletiva funciona sem conhecer como o trabalho dos catadores realmente acontece. O capítulo mostra que a prefeitura tem papel decisivo na qualidade do material que chega às centrais, no desenho da infraestrutura e na definição das regras da parceria – fatores que determinam produtividade, remuneração, segurança e previsibilidade.



PARA AS COOPERATIVAS

Ao apresentar a jornada de maturação e exemplos de cadeias bem-sucedidas, o capítulo mostra que cooperativas fortalecidas, com boa governança e parceria estruturada, conseguem ampliar recuperação, acessar melhores mercados e consolidar inclusão socioproductiva de forma mais estável.



O QUE VOCÊ VAI APRENDER

- Entender quem são os catadores, a realidade atual da reciclagem no Brasil e onde estão os principais gargalos das centrais de triagem;
- Refletir sobre como esse cenário pode ser reorganizado com gestão, infraestrutura e apoio adequados;
- Entender a jornada de maturação das cooperativas e da relação com as prefeituras – da assistência à autonomia cooperativa;
- Conhecer exemplos de cadeias bem-sucedidas que mostram caminhos possíveis de maior recuperação de materiais e inclusão produtiva ampliada.





Sobre este capítulo

Este capítulo mostra que integrar cooperativas à coleta seletiva é uma decisão de gestão, não apenas social. Apresenta as vantagens econômicas, sociais e ambientais dessa escolha, como custos evitados, geração de empregos, melhoria de saúde pública e redução de emissões, e alerta para os riscos de não incluir, como desperdício de valor, manutenção de passivos e agravamento de problemas urbanos.

POR QUE ISSO IMPORTA



PARA O GESTOR MUNICIPAL

Incluir cooperativas na coleta seletiva importa porque a forma como a prefeitura organiza o serviço define o desempenho do sistema inteiro: custos, resultados ambientais e riscos sanitários. E isso não é assistencialismo, é boa gestão do dinheiro público, capaz de transformar um gasto inevitável com resíduos em investimento em economia circular, geração de renda e redução de passivos ambientais e fiscais para o município.



PARA AS COOPERATIVAS

Para cooperativas que querem sair da posição de “quem só recebe o que vem no caminhão” e passar a ser parceiras nas decisões sobre clima, economia e tecnologia da cidade, este trecho é estratégico. Este capítulo é um aliado porque mostra que o trabalho das cooperativas não é uma ação social, mas sim uma decisão inteligente de gestão, capaz de reduzir rejeitos, aumentar a recuperação de materiais e fortalecer a economia circular local.



O QUE VOCÊ VAI APRENDER

- Perceber como organizar a coleta seletiva com cooperativas impacta diretamente a gestão da cidade: dos custos à eficiência ambiental;
- Explorar as vantagens econômicas, como custos evitados com aterro, empregos e receitas de materiais recicláveis;
- Entender as vantagens sociais e de saúde pública, ligadas à inclusão produtiva e à melhoria das condições de trabalho dos catadores;
- Reconhecer as vantagens ambientais e climáticas de ampliar reciclagem e reduzir emissões e extração de recursos naturais;
- Identificar os riscos de não incluir cooperativas, como desperdício de valor, manutenção de passivos urbanos e agravamento de problemas ambientais.



Foto: acervo Rede Sul



capítulo 5

Por que incluir cooperativas na gestão municipal de resíduos?





Foto: Alfribeiro



capítulo 6

Planejando a transição: do modelo linear ao modelo circular municipal

Sobre este capítulo

Este capítulo é o “como começar” da transição: mostra que ela não nasce de campanhas pontuais, mas de planejamento, metas mensuráveis e governança intersecretarial. Traz as informações que a prefeitura precisa levantar para iniciar um diagnóstico, onde buscá-las e uma Ferramenta de Autodiagnóstico para entender “onde a cidade está”. Também orienta como definir metas realistas, estabelecer indicadores mínimos de circularidade e mostra como participação social é parte indispensável desse processo.

POR QUE ISSO IMPORTA



PARA O GESTOR MUNICIPAL

Este capítulo mostra por onde o gestor deve começar a transição para a economia circular: que informações levantar, como fazer um autodiagnóstico e como envolver todas as secretarias na mudança, evitando a armadilha de tratar resíduos como assunto exclusivo do Meio Ambiente. Traz ainda um checklist mínimo de governança, essencial para iniciar o planejamento, e mostra como implementar uma participação social ativa no processo.



PARA AS COOPERATIVAS

Para centrais que vivem na incerteza, um mês com muito material, outro com pouco e de qualidade ruim, este capítulo aponta o caminho para construir previsibilidade. Ele mostra que participar da construção de visão do município, da definição de metas e dos indicadores de circularidade é essencial para que as cooperativas deixem de ser apenas receptoras do material e passem a ter seu papel estruturante reconhecido na transição para um sistema mais organizado e circular.



O QUE VOCÊ VAI APRENDER

- Entender que planejamento economiza dinheiro público: cidades que pulam diagnóstico e governança gastam mais, erram mais e avançam menos;
- Identificar quais informações a prefeitura precisa reunir para começar a transição e onde buscá-las;
- Utilizar uma Ferramenta de Autodiagnóstico para entender “onde a cidade está” e qual é o ponto de partida mais realista;
- Construir metas realistas, com método simples, e adotar indicadores mínimos de circularidade municipal que dão direção ao planejamento;
- Compreender por que governança intersecretarial e participação social são inegociáveis para que a transição funcione e se mantenha ao longo do tempo.





Foto: acervo Rede Sul



capítulo 7

Passo a passo para implementar a coleta seletiva com cooperativas

Sobre este capítulo

Este capítulo apresenta um guia prático para implementar a coleta seletiva com cooperativas, indo do desenho das rotas ao estabelecimento de indicadores para acompanhar resultados. Ele mostra como organizar fluxos, definir responsabilidades, estruturar a logística e monitorar o desempenho de forma contínua, integrando cooperativas à operação como parceiras efetivas do serviço.

POR QUE ISSO IMPORTA



PARA O GESTOR MUNICIPAL

O capítulo oferece orientações práticas para planejar rotas, organizar a logística da coleta seletiva e estruturar as centrais de triagem cooperadas, mostrando como essas etapas precisam funcionar de forma integrada. Ele também destaca a importância de um fluxo regular de informações da cooperativa para a prefeitura, permitindo acompanhar indicadores, ajustar rotas, corrigir gargalos e dar previsibilidade ao serviço, condição essencial para uma coleta seletiva que realmente funciona.



PARA AS COOPERATIVAS

Para cooperativas cansadas de trabalhar em galpões improvisados, com fluxo confuso e pouco reconhecimento, este capítulo aponta o caminho para negociar um “padrão mínimo” de central: estrutura digna, equipamentos básicos, apoio técnico por tempo suficiente e organização interna simples, mas firme, que permita dar o salto de depósito de recicláveis para unidade produtiva respeitada.



O QUE VOCÊ VAI APRENDER

- Entender como iniciar a coleta seletiva domiciliar de forma estruturada, definindo rotas e frequência adequadas ao território;
- Aprender como lidar com grandes geradores, permanentes e temporários, e integrá-los ao sistema municipal de coleta seletiva;
- Ver como articular a operação da coleta com as centrais de triagem cooperadas, garantindo fluxo regular de materiais e previsibilidade;
- Compreender como planejar rotas, organizar a logística e estruturar as centrais, evitando improvisos e perdas operacionais;
- Utilizar indicadores simples e um fluxo contínuo de informações entre cooperativa e prefeitura para acompanhar resultados, ajustar rotas e melhorar o desempenho do sistema ao longo do tempo.





Sobre este capítulo

Este capítulo explica como a prefeitura pode contratar cooperativas de catadores com segurança jurídica, de forma eficiente e alinhada à legislação. Em vez de tratar catadores como “parceiros informais”, o capítulo mostra como reconhecê-los como prestadores de serviço público ambiental. Ele apresenta as bases legais que permitem essa contratação, os tipos de instrumentos possíveis e orientações para definir uma remuneração justa, garantindo previsibilidade e reconhecimento para as cooperativas e segurança administrativa para o município.

POR QUE ISSO IMPORTA



PARA O GESTOR MUNICIPAL

Este capítulo é fundamental para prefeitos e secretários, pois orienta sobre a formalização e contratação de cooperativas, alinhando-se à legislação vigente. A correta gestão reduz custos operacionais e riscos ambientais, além de promover eficiência na coleta seletiva. Entender esses modelos ajuda a garantir o cumprimento das metas do Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos e a inclusão social dos catadores, fortalecendo a sustentabilidade urbana e evitando passivos legais e financeiros.



PARA AS COOPERATIVAS

Para quem quer parar de depender só da venda de materiais e passar a receber pelo serviço prestado à cidade, aqui está o coração do jogo: a lei permite contratos específicos com cooperativas, com pagamento por tonelada triada e, em muitos casos, valores fixos mensais, abrindo espaço para uma renda menos instável e para negociações em outro patamar com o município.



O QUE VOCÊ VAI APRENDER

- Bases legais: onde o gestor pisa – entender como a PNRS, o Marco do Saneamento e a Lei 14.133/2021 amparam juridicamente a contratação de cooperativas como prestadoras de serviço público ambiental;
- Conhecer os tipos de contratos possíveis para integrar cooperativas à operação municipal, com metas, indicadores e regras claras de execução;
- Aprender como estabelecer uma remuneração justa, que garanta previsibilidade às cooperativas e segurança administrativa à prefeitura;
- Entender como deixar de tratar cooperativas como “parceiros informais” e passar a integrá-las como parte formal do sistema, com responsabilidades, entregas e avaliações.



capítulo 8

Contratação de Cooperativas: O que o município precisa saber





Sobre este capítulo

Este capítulo mostra os requisitos necessários para que a prefeitura possa contratar cooperativas: jurídicos, fiscais e administrativos, além de infraestrutura básica, EPIs, capacitação e condições adequadas de saúde e segurança no trabalho. Destaca ainda a importância da gestão administrativa e comercial, incluindo emissão de notas fiscais, controle de qualidade e rastreabilidade dos materiais. Por fim, apresenta caminhos de apoio – como parcerias, linhas de crédito e programas federais e estaduais – que ajudam a viabilizar essa estrutura e preparar as cooperativas para prestar serviço público ambiental com segurança.

POR QUE ISSO IMPORTA



PARA O GESTOR MUNICIPAL

Aqui o gestor público entende tudo o que uma cooperativa precisa para prestar um serviço de qualidade, e mostra também como o município pode ser o parceiro que viabiliza essa estrutura, seja com contratos, apoio técnico, articulação de parcerias ou acesso a linhas de crédito e programas estaduais e federais.



PARA AS COOPERATIVAS

Para cooperativas que sentem que “trabalham muito, mas não conseguem acessar programas e convênios”, este trecho oferece o mapa dos ajustes que destravam portas: quais documentos, registros, condições de galpão e organização mínima de gestão fazem a diferença entre ser vista como parceira confiável ou como risco para o poder público.



O QUE VOCÊ VAI APRENDER

- Quais são os requisitos mínimos para que uma cooperativa possa ser contratada: jurídicos, fiscais, administrativos e operacionais;
- Entender a importância da gestão administrativa e comercial, com emissão de notas fiscais, controle de qualidade e rastreabilidade dos materiais;
- Conhecer os caminhos de apoio disponíveis - parcerias, linhas de crédito e programas federais e estaduais – que ajudam a viabilizar a estrutura necessária para que cooperativas prestem serviço público ambiental com segurança;
- Compreender como esses requisitos fortalecem a relação entre prefeitura e cooperativas, criando condições para contratos estáveis, previsibilidade e profissionalização do serviço.

capítulo 9



Como fortalecer as cooperativas para a parceria com o poder público





Sobre este capítulo

Este capítulo foca em duas perguntas práticas: onde está o dinheiro para viabilizar coleta seletiva com cooperativas e o que o município precisa ter organizado para acessar esses recursos. A partir da PNRS e da agenda de economia circular, ele mapeia fundos públicos, programas climáticos, logística reversa, PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) e outras fontes que podem financiar infraestrutura, contratos e fortalecimento das centrais, mostrando que sem projeto, dados e governança esses recursos simplesmente não chegam. O texto funciona como um roteiro para transformar intenção em proposta financiável, conectando planejamento, indicadores e desenho contratual ao acesso efetivo a recursos externos.

POR QUE ISSO IMPORTA



PARA O GESTOR MUNICIPAL

Este capítulo é essencial para prefeitos e secretários por detalhar obrigações legais e a necessidade de estruturar serviços de resíduos sólidos. Destaca que, a partir de 2026, os custos de não cumprir aumentam, incluindo riscos jurídicos e perdas econômicas. Apresenta orientações para melhorar a eficiência operacional por meio de planejamento, contratos e financiamento estável, garantindo a conformidade com a PNRS e a integração da logística reversa ao território municipal.



PARA AS COOPERATIVAS

Para centrais que vivem no aperto financeiro e gostariam de investir em estrutura, caminhão pequeno, melhorias de segurança e formação, este capítulo aponta onde buscar recursos além da venda de recicláveis: planos e fundos públicos, programas de clima, leis de incentivo, logística reversa e PSA – e o que a cooperativa precisa ter em mãos para ser escolhida nesses editais e parcerias.



O QUE VOCÊ VAI APRENDER

- Identificar, de forma objetiva, quais são as principais fontes de recursos hoje disponíveis para financiar coleta seletiva e centrais cooperadas;
- Entender quais pré-condições aumentam a chance de aprovação (diagnóstico, metas, indicadores, contratos, governança);
- Perceber como organizar informações e resultados em formato de projeto, falando a linguagem de fundos, bancos públicos e programas de clima;
- Usar a pauta de resíduos e cooperativas como porta de entrada para recursos de economia circular, saneamento e adaptação climática, dando estabilidade à operação municipal.



capítulo 10

Financiamento e incentivos para a circularidade municipal





Foto: acervo Rede Sul



capítulo 11

Comunicação e educação para a gestão de resíduos na circularidade

Sobre este capítulo

Este capítulo parte de um diagnóstico simples: sem comunicação clara e educação continuada, a melhor infraestrutura de coleta seletiva entrega pouco resultado. Ele mostra que campanhas isoladas não bastam e que a cidade precisa de mensagens consistentes, alinhadas com a operação real, repetidas em canais diversos – escolas, saúde, comércio, bairros – para melhorar adesão e, principalmente, a qualidade do material que chega às cooperativas. O texto apresenta caminhos para transformar comunicação em parte do serviço público de resíduos, usando dados das próprias centrais para ajustar mensagens e reduzir rejeito.

POR QUE ISSO IMPORTA



PARA O GESTOR MUNICIPAL

Este capítulo é essencial para prefeitos e secretários, pois destaca obrigações legais e a necessidade de investimentos em coleta seletiva eficiente. A falta de estrutura e participação pode aumentar custos operacionais e riscos ambientais, comprometendo a sustentabilidade e a continuidade dos serviços públicos. Orienta sobre como superar gargalos para garantir eficiência, reduzir rejeitos e fortalecer a cadeia econômica da reciclagem no município.



PARA AS COOPERATIVAS

Para cooperativas que se esforçam para melhorar a qualidade do material, mas continuam recebendo resíduos misturados e contaminados, este capítulo mostra como sair apenas da reclamação e entrar na construção da solução. Ele orienta como usar os erros de separação que aparecem na esteira como evidência para dialogar com a prefeitura, influenciar campanhas, participar de ações em escolas e bairros e, assim, reduzir rejeito, melhorar produtividade e tornar visível o papel educativo que as centrais já exercem na prática.



O QUE VOCÊ VAI APRENDER

- Identificar os principais gargalos de comunicação que prejudicam adesão e qualidade da separação na fonte;
- Conectar infraestrutura real (rotas, dias, tipos de material aceito) com mensagens simples, consistentes e repetidas para a população;
- Usar informações das cooperativas (erros de separação, contaminação, volumes) para ajustar campanhas e materiais educativos;
- Planejar ações de comunicação e educação que saem do formato de campanha pontual e passam a compor a política municipal de resíduos e circularidade.





Foto: Cooperativa Crescer

Foto: acervo Rede Sul



capítulo 12

Monitoramento, transparência e melhoria contínua

Sobre este capítulo

Este capítulo mostra que, em gestão de resíduos, não basta “fazer coisas”: é preciso medir, comparar e corrigir rota de forma sistemática. Apresenta o PMGIRS (Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos) como peça central para sair do modo reativo – resposta a reclamações e crises – e avançar para uma gestão com metas claras, responsabilidades definidas e capacidade de acessar recursos externos. Também destaca como integrar dados de operação, inclusive das cooperativas, em painéis simples que apoiam decisões, dão transparência à sociedade e fortalecem a continuidade da política de coleta seletiva e circularidade.

POR QUE ISSO IMPORTA



PARA O GESTOR MUNICIPAL

Este capítulo é essencial para prefeitos e secretários, pois destaca a obrigação legal do PMGIRS para captar recursos federais. Sem um plano consistente, o município perde financiamentos, enfrenta dificuldades para estruturar contratos e corre riscos de ineficiência operacional e falhas na prestação do serviço público de resíduos sólidos.



PARA AS COOPERATIVAS

Para cooperativas que já pesam cargas, anotam produção e emitem notas, mas ainda não transformaram isso em poder de negociação, aqui está a oportunidade: alguns poucos números bem usados podem virar argumento forte para revisar contratos, pedir apoio extra, comprovar resultados e se proteger de cortes repentinos na coleta seletiva ou no repasse de recursos.



O QUE VOCÊ VAI APRENDER

- Entender o papel do PMGIRS como base para planejar, contratar e financiar a gestão de resíduos de forma estruturada;
- Identificar os dados mínimos que precisam ser acompanhados (toneladas, rejeito, custos, cobertura, desempenho das cooperativas) e como organizá-los;
- Ver como monitoramento e transparência ajudam a qualificar o diálogo com controle interno, tribunais de contas, financiadores e sociedade;
- Aplicar práticas simples de melhoria contínua que mantêm a política de coleta seletiva viva, mesmo com troca de gestores e mudanças de cenário.





capítulo 13

Casos brasileiros inspiradores

Sobre este capítulo

Este capítulo mostra, com exemplos concretos de cidades e cooperativas brasileiras, que organizar coleta seletiva com catadores não é teoria nem privilégio de poucos municípios. Em contextos diversos, ele destaca como contrato, estrutura mínima, apoio técnico e governança contínua geram resultados mensuráveis em desvio de aterro, renda, saúde e redução de conflitos. Os casos funcionam como um “laboratório real” para prefeitos e cooperativas identificarem caminhos possíveis, erros a evitar e combinações de soluções que podem ser adaptadas à sua própria realidade.

POR QUE ISSO IMPORTA



PARA O GESTOR MUNICIPAL

Este capítulo é fundamental para prefeitos e secretários porque mostra, na prática, que municípios com orçamento e desafios semelhantes conseguiram estruturar coleta seletiva com cooperativas, acessar recursos e melhorar indicadores de gestão. Em vez de recomeçar do zero, o gestor ganha um repertório de modelos, arranjos institucionais e decisões-chave que aceleram a curva de aprendizado e reduzem o risco de apostar em soluções desconectadas da realidade brasileira.



PARA AS COOPERATIVAS

Para quem ouve que “na nossa realidade não dá” ou “isso só funciona em cidade rica”, os exemplos reunidos aqui são antídoto: cooperativas e prefeituras brasileiras, em contextos parecidos, já mostraram que contrato, estrutura e apoio técnico mudam renda, saúde e resultados ambientais – um repertório pronto para ser levado para a mesa de negociação.



O QUE VOCÊ VAI APRENDER

- Reconhecer elementos em comum nos casos bem-sucedidos (contratos claros, metas, apoio técnico, estrutura mínima e governança);
- Entender como diferentes municípios combinaram instrumentos legais, financiamento e participação social para incluir cooperativas;
- Identificar quais aspectos desses casos podem ser adaptados à realidade do seu território, evitando copiar modelos de forma acrítica;
- Usar esses exemplos como argumento técnico e político para destravar decisões internas e fortalecer a agenda de coleta seletiva e economia circular com cooperativas.





Foto: Freepik



capítulo 14

Roteiro rápido para o gestor ocupado

Sobre este capítulo

Este capítulo condensa o guia em um roteiro enxuto para quem precisa decidir rápido e não pode ler tudo de uma vez. Em forma de checklist e sequência de passos, ele organiza o que é inadiável fazer em cada frente – diagnóstico, planejamento, contratos, estruturação das cooperativas, comunicação e monitoramento – para tirar a coleta seletiva do papel e colocá-la em operação com base mínima de segurança jurídica e técnica. É um mapa de prioridades que ajuda a separar o que é central do que pode esperar, reduzindo o risco de investir em ações isoladas que não se sustentam no tempo.

POR QUE ISSO IMPORTA



PARA O GESTOR MUNICIPAL

Este capítulo é útil para prefeitos e secretários que precisam de uma visão rápida do caminho crítico para organizar a gestão de resíduos com cooperativas, sem se perder em detalhes. Ele mostra a ordem lógica das decisões, quais atores envolver em cada etapa e quais entregas mínimas são necessárias para avançar, funcionando como uma “cola” para planejar o ano de gestão nessa agenda.



PARA AS COOPERATIVAS

Para cooperativas que querem acompanhar de perto o que a prefeitura promete e entrega, este roteiro é ferramenta de trabalho: ajuda a entender em que etapa o município está, quais decisões ainda faltam e como a cooperativa pode se posicionar em cada uma delas para ser parte da solução. Serve também como base objetiva para cobrar avanços, propor apoio e evitar que a pauta da coleta seletiva fique sempre empurrada para depois.



O QUE VOCÊ VAI APRENDER

- Ter uma visão de “rota crítica” da implementação: o que vem antes, o que pode vir depois e o que não pode ser ignorado;
- Identificar rapidamente lacunas no processo municipal (diagnóstico, contratos, infraestrutura, comunicação, monitoramento);
- Usar o checklist como guia para planejar ações de curto prazo e organizar uma agenda mínima de trabalho com cooperativas;
- Apoiar conversas internas (na prefeitura e nas cooperativas) com uma sequência clara de passos, que reduz improvisado e aumenta a chance de resultados consistentes.





Foto Acervo Tetra Pak



capítulo 15

Modelos de contratação de cooperativas por prefeituras

Sobre este capítulo

Este capítulo reúne os materiais práticos que costumam faltar na hora de tirar decisões do papel: modelos de cláusulas, minutas de documentos, roteiros de diagnóstico, exemplos de indicadores e outros anexos que servem de base para adaptação local. Em vez de cada município ou cooperativa começar do zero, ele oferece estruturas mínimas já alinhadas à PNRS, ao novo marco do saneamento e às agendas de economia circular, reduzindo erros formais e acelerando a implementação. Na prática, é um “kit de apoio” para transformar intenção em instrumento escrito, pronto para ser ajustado à realidade do território.

POR QUE ISSO IMPORTA



PARA O GESTOR MUNICIPAL

Este capítulo é útil para prefeitos e equipes técnicas que precisam elaborar planos, contratos, termos de referência ou instrumentos de parceria sem perder tempo reinventando formatos e arriscando insegurança jurídica. Com modelos comentados e exemplos objetivos, ele dá um ponto de partida mais seguro para estruturar documentos coerentes com o restante do guia e com as exigências legais vigentes.



PARA AS COOPERATIVAS

Para cooperativas que querem se preparar melhor para dialogar com a prefeitura, responder editais ou propor ajustes em contratos, estes modelos funcionam como referência concreta do que pode ser pedido, negociado e formalizado. Eles ajudam a entender a lógica dos documentos, a linguagem usada pelo poder público e os elementos que não podem faltar para que a parceria seja clara, estável e fiscalizável para todos.



O QUE VOCÊ VAI APRENDER

- Identificar quais modelos e anexos podem ser usados como base para planos, contratos, diagnósticos e painéis de indicadores;
- Adaptar esses materiais à realidade do município e da cooperativa, mantendo coerência com a legislação e com os princípios do guia;
- Organizar a documentação de forma mais padronizada, facilitando diálogo com órgãos de controle, financiadores e parceiros técnicos;
- Usar os anexos como “atalho” para acelerar a formalização de decisões e a estruturação de uma gestão de resíduos mais circular e inclusiva.



Um Projeto de:



Realização:

